



EM DIREÇÃO À ECONOMIA DONUT? TOWARDS DOUGHNUT ECONOMICS?

*Jaqueline Pirão Zotesso**

ORCID: 0000-0001-6075-1023

*Autor correspondente (e-mail: jaquelinepz@hotmail.com)

Resumo: Partindo-se do princípio de que a forma como a atividade econômica é contabilizada não leva em consideração os limites físicos de resiliência da biosfera, é urgente a necessidade de inovações econômicas, políticas e sociais que superem a dependência estrutural em crescimento do PIB. Nesse sentido, esse trabalho buscou abordar como a Economia Donut vem se desenvolvendo mundialmente ao longo da última década, bem como discutir como a disparidade de poderes existente entre os diferentes setores da sociedade limita a inserção de novos modelos econômicos. Apesar de ainda ser um modelo em criação, pode-se dizer que a Economia Donut possui um potencial transformador pelo fato de algumas cidades já terem manifestado interesse em aplicá-la. Entretanto, a inserção de novos modelos econômicos exige uma mudança na visão e na forma de ensino da economia, bem como o rompimento das estruturas do atual sistema em que vivemos, o que seria, de fato, uma grande inovação.

Palavras-chave: Novas economias. Novos modelos econômicos. Estruturas capitalistas. Sustentabilidade. Economia ecológica.

Abstract: Considering that the evaluation of economic activity does not take into account the physical limits of the biosphere's resilience, there is an urgent need for economic, political and social innovations that overcome the structural dependence on GDP growth. In this context, this study aimed to address the worldwide development of the Doughnut Economics over the last decade, as well as to discuss how the existing disparity of powers between the different sectors of society limits the insertion of new economic models. Although the Doughnut Economics is still under creation, the interest of some cities in the application of this economic model shows its transformative potential. However, the insertion of new economic models requires a change in the vision and in the way of teaching economics, as well as breaking the structures of the current system in which we live. In fact, that would be a great innovation.

Keywords: New economics. New economic models. Capitalist structures. Sustainability. Ecological economics.

1. Introdução

A Revolução Industrial, iniciada em meados do século XVIII na Inglaterra, impulsionou um crescimento considerável na escala dos processos produtivos, especialmente pela invenção de máquinas e locomotivas a vapor e desenvolvimento das indústrias têxtil e metalúrgica. A continuidade desse processo de desenvolvimento industrial aliada à descoberta da eletricidade e do motor a combustão contribuíram para que, no século seguinte, ocorresse a Segunda Revolução Industrial, caracterizada por um período de intenso progresso tecnológico e início da produção em massa (BRESSER-PEREIRA, 2016; CREMASCO, 2015).

Esse marco histórico do modo de produção capitalista serviu de estímulo à “sociedade do consumo de massa” e deu início ao crescimento econômico ou “decolagem”, termo utilizado pelo economista americano Walt Whitman Rostow para ilustrar a revolução industrial que cada país passa em momentos distintos, a partir da qual o crescimento econômico se torna condição normal pela incorporação dos juros compostos aos hábitos e estrutura institucional da sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2016; ROSTOW, 1960).

É fato que o crescimento econômico permitiu que milhões de pessoas saíssem da miséria nos últimos 70 anos, tornando-se o principal objetivo das políticas dos países industrializados desde o início da era econômica conhecida como a Grande Aceleração de 1950. Entretanto, esse aumento da escala produtiva começou a gerar pressões adicionais sobre os sistemas naturais, resultando no surgimento dos primeiros movimentos ambientalistas nos anos 1960 – 1970 (RAWORTH, 2019; SIMMS et al., 2010).

Nesse contexto, a controversa relação entre crescimento econômico e finitude dos recursos naturais foi contestada cientificamente pela primeira vez no relatório “Limites do Crescimento”, publicado em 1972 pelo Clube de Roma (MEADOWS et al., 1972). Apesar de ter sido alvo de diversas críticas, o relatório recomendou o crescimento zero da população e da atividade econômica frente à crescente preocupação em relação a degradação ambiental que passara a atingir dimensões globais. Ainda hoje, a preocupação com as relações entre crescimento econômico e finitude dos recursos naturais é amplamente discutida, entretanto, o paradigma da expansão continua a reverberar na corrente econômica dominante.

Existem cada vez mais evidências de que o aumento da atividade humana está afetando o sistema terrestre, de forma que o estado de relativa estabilidade climática e ambiental que perdurou por mais de dez mil anos e permitiu o desenvolvimento de diversas civilizações (Holoceno) está ameaçado por uma suposta nova era geológica, o Antropoceno, na qual as ações humanas estão alterando as condições ambientais. Isso não só porque durante os últimos 100 anos a população humana aumentou de pouco mais de um para seis bilhões, mas, principalmente, porque a atividade econômica aumentou quase 10 vezes entre 1950 e 2000 (STEFFEN et al., 2005).

Estando esse cenário diretamente relacionado à dinâmica estrutural do atual sistema planetário global, que visa o crescimento econômico a qualquer custo, há um crescente interes-

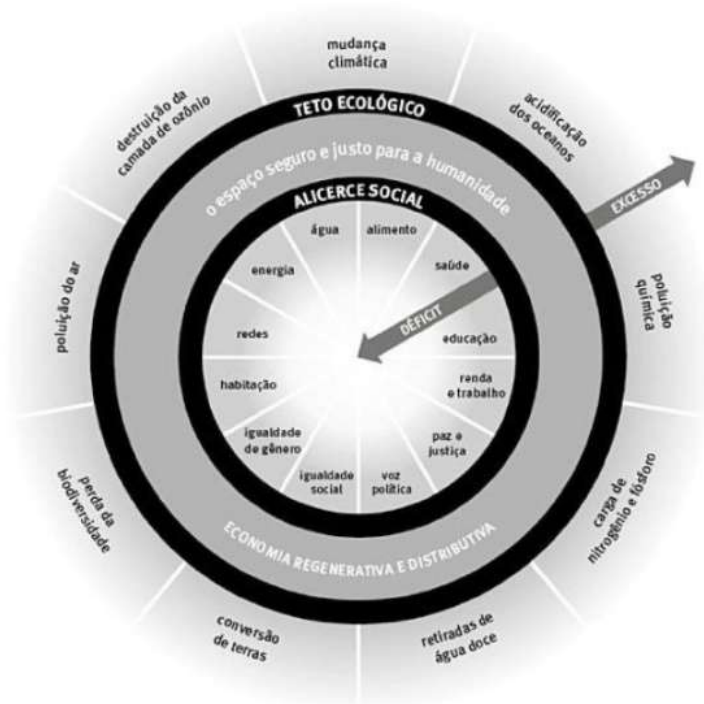
se em modelos econômicos alternativos e mais sustentáveis, destacando-se dentre eles a Economia *Donut*, que tem ganhado espaço e aplicabilidade, apesar de ainda ser um modelo em criação.

Nesse sentido, esse trabalho visa explorar por meio de revisão bibliográfica como a Economia Donut vem sendo desenvolvida mundialmente, bem como discutir as limitações à aplicação de novos modelos econômicos frente ao atual modelo econômico dominante. Para isso, a primeira seção apresenta o embasamento teórico da Economia Donut, a segunda seção reúne estudos referentes à sua aplicação e a terceira seção discute as limitações impostas pela atual estrutura capitalista à inserção de novos modelos econômicos.

2. Economia *Donut*

Os desafios do século XXI exigem uma mudança de mentalidade para construção de uma nova história econômica. Afinal, está mais que provado que os conceitos econômicos clássicos nos aprisionaram num sistema insustentável, de forma que para sair dele precisaremos aprender a gerir, de fato, o nosso lar planetário. Para guiar essa transição, Kate Raworth apresenta em sua obra “Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo” (RAWORTH, 2019), o que ela chama de bússola para o século XXI, que possui uma representação visual similar a uma rosquinha (em inglês, *Donut* ou *Doughnut*) (**Figura 1**).

Figura 1: Donut de fronteiras social e planetária.



Fonte: RAWORTH (2019).

O conceito visual do Donut foi elaborado pela primeira vez em 2011, enquanto Kate Raworth trabalhava na organização não governamental Oxfam (*Oxford Committee for Famine Relief*) (RAWORTH, 2019). Essencialmente, o *Donut* é formado por um par de anéis concêntricos, sendo o anel interno o alicerce social e o anel externo o teto ecológico. Entre os dois anéis está a rosquinha (*Donut*), que representa o espaço onde a necessidade de todos pode ser atendida sem que haja degradação ambiental crítica, ou seja, um espaço ambientalmente seguro e socialmente justo para a sociedade humana prosperar.

O anel interno do Donut, que representa o alicerce social, elencou inicialmente 11 prioridades sociais declaradas por governos na Rio+20, a saber: segurança alimentar, renda adequada, água e saneamento, saúde, educação, acesso à energia, igualdade de gênero, equidade social, trabalho decente, voz política e resiliência (RAWORTH, 2012). Posteriormente, as dimensões da fronteira social foram atualizadas para representar 12 dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, acordados por 193 países-membro em 2015: segurança alimentar, renda e trabalho, água e saneamento, saúde, educação, acesso à energia, igualdade de gênero, equidade social, paz e justiça, voz política, habitação e redes (UNITED NATIONS, 2015). Segundo Raworth (2012), abaixo dos padrões mínimos estabelecidos para cada um desses objetivos há déficit social, ou seja, privação humana em um ou mais aspectos.

O anel externo do *Donut* é formado por nove processos críticos identificados por um grupo internacional de 29 cientistas do sistema terrestre, sendo eles: mudança climática, perda de biodiversidade, ciclos de nitrogênio e fósforo, depleção da camada de ozônio, acidificação dos oceanos, uso de água doce, mudança no uso da terra, poluição química e concentração de aerossol atmosférico (ROCKSTRÖM et al., 2009). Para cada um dos processos críticos há um limite de controle, por exemplo, para “mudanças climáticas” o limite é a concentração de dióxido de carbono na atmosfera de 350 ppm, enquanto que para “uso de água doce” o limite é de 4000 km³ por ano.

Segundo os cientistas, esses processos regulam a capacidade da Terra de manter as condições relativamente estáveis do Holoceno, de forma que ultrapassar os limites de qualquer um desses processos pode resultar em alterações ambientais abruptas e irreversíveis no planeta, especialmente porque se o limite de um dos processos for transgredido os demais correm sérios riscos de serem violados também.

Desde que a imagem do *Donut* de fronteiras social e planetária foi elaborada ela tem sido atualizada para incorporar os mais recentes avanços científicos e metas de desenvolvimento global. No entanto, apesar da imagem do *Donut* e da ciência por trás dela ser nova, o senso de equilíbrio dinâmico da economia que ela invoca já havia sido abordado por economistas das décadas de 1960 e 1970, como Robert Heilbroner, Barbara Ward e Herman Daly. A grande contribuição de Kate Raworth foi comunicar o desenvolvimento sustentável de forma visual, criando o impacto necessário para revigorar velhos debates e instigar novas discussões a partir de uma nova bússola: o *Donut* (RAWORTH, 2019).

Infelizmente, o mais recente estudo acerca dos processos críticos do teto ecológico indicou que cinco deles já tiveram seus limites ultrapassados (mudança climática, integridade da biosfera, fluxos biogeoquímicos, mudança no uso da terra e, por último, poluição química) (STEFFEN et al., 2015; PERSSON et al., 2022). De fato, o desafio de mover a sociedade para dentro do *Donut* é complexo pelo fato das fronteiras social e planetária serem interdependentes, e ele se torna ainda maior perante a previsão de crescimento populacional, que indica que em 2050 seremos 9,7 bilhões de pessoas no planeta (UNITED NATIONS, 2015).

Entretanto, Raworth (2012) afirma que remover toda a população das condições de privação humana é possível com um impacto mínimo nos limites planetários. Para isso, sugere equidade na distribuição de recursos naturais, com maiores reduções provenientes dos consumidores mais ricos do mundo, bem como maior eficiência na transformação de recursos naturais para atender às necessidades humanas. Além disso, Raworth (2017; 2019) afirma que a economia precisa de uma nova mentalidade para se adequar aos desafios sociais e ecológicos do século 21, propondo sete maneiras pelas quais todos podem começar a pensar como economistas desse século:

- 1) Mudar a meta de crescimento do PIB para as metas que estão encapsuladas no conceito do *Donut*, o que envolve descobrir como prosperar em equilíbrio;
- 2) Redesenhar a economia, integrando-a à sociedade e à natureza, e incorporar novas narrativas ao poder de mercado, à parceria do Estado, ao papel central do agregado familiar e à criatividade dos bens comuns;
- 3) Estimular a natureza humana, pois somos seres sociais, interdependentes, recíprocos e profundamente dependentes do mundo vivo – e isso nos trará grandes chances de prosperarmos juntos;
- 4) Compreender o funcionamento dos sistemas, assumindo o dinamismo da economia por meio de um pensamento sistêmico ao invés de fixar a atenção nas ilusórias alavancas de controle que não existem;
- 5) Projetar economias de forma que elas sejam muito mais distributivas do valor entre aqueles que o geram, indo além da redistribuição de renda para explorar modos de redistribuir riqueza (por exemplo: terras, empreendimentos, tecnologias, conhecimento e poder de criar dinheiro);
- 6) Explorar o potencial do *design* regenerativo, a fim de criar uma economia circular (e não linear) que funcione em acordo com os ciclos do mundo vivo;

7) Ser agnóstico em relação ao crescimento - explorar como economias que hoje em dia estão dependentes do crescimento poderiam aprender a viver independente dele, pois na natureza nada cresce para sempre e precisamos de economias que nos façam prosperar, crescendo ou não.

Esses sete princípios, segundo Raworth (2017), poderão guiar novos pensadores econômicos a criar economias (de locais a globais) que sejam essencialmente distributivas e regenerativas. Apesar de ainda não existir propriamente um método para aplicar a Economia Donut, a seção a seguir apresenta como o desenvolvimento dessa mentalidade econômica vem ocorrendo ao longo da última década.

3. Economia *Donut* em prática

Segundo o relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991), desenvolvimento sustentável consiste em “garantir que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas”. Esse conceito é amplo e passível de diversas interpretações, uma vez que as necessidades humanas não são apenas fisiológicas, como bem relatado por Maslow (2000) em sua teoria da hierarquia das necessidades humanas.

O *Donut* de fronteiras social e planetária é uma representação mais palpável da sustentabilidade por reunir indicadores numéricos, entretanto, a sua concepção enquanto modelo econômico ainda está sendo criada por meio de pesquisas acadêmicas e outras iniciativas. De forma geral, ao avaliar os estudos e documentos disponíveis na literatura, é possível observar uma tendência em reduzir a escala do Donut para facilitar a sua aplicação e monitorar o seu progresso, sendo que a maioria dos estudos se concentra apenas na elaboração do Donut por meio de indicadores e não na sua efetiva aplicação.

No estudo de Dearing et al. (2014) os autores demonstraram como o Donut pode ser adaptado e aplicado em escala regional, estabelecendo-se as fronteiras social e planetária com base em séries de dados temporais disponíveis, registros históricos e dados de pesquisas. Os autores testaram o conceito em duas localidades rurais da China e ressaltaram que a degradação ambiental pode ter consequências críticas na sustentabilidade de sistemas regionais antes mesmo que os efeitos em nível global apareçam, de forma que a sustentabilidade global requer que as dimensões regionais e planetária sejam avaliadas.

Ainda segundo os autores, a abordagem regional fornece evidências para aceitar uma política usual de negócios, aplicar restrições à continuação do sistema ou tomar medidas corretivas. Entretanto, há uma série de ressalvas e desafios à sua aplicação como, por exemplo, a ausência de uma relação causal entre as diferentes variáveis, visto que as interações entre as duas fronteiras são complexas. Além disso, as variáveis sociais e ecológicas de determinadas regiões não estão necessariamente ligadas à disponibilidade de re-

curso locais, visto que ocorrem fluxos inter-regionais de energia, pessoas, dinheiro e bens (DEARING et al., 2014).

Enfatizando que as cidades contribuem significativamente para a degradação ambiental, Hoornweg et al. (2016) propuseram uma metodologia para avaliação das fronteiras biofísicas e socioeconômicas em nível municipal visando permitir a participação das cidades de forma mais ativa nos esforços globais em direção à sustentabilidade. Para isso, os autores utilizaram sete indicadores de natureza biofísica (mudança climática, perda de biodiversidade, uso de água doce, mudança no uso da terra, ciclo de nitrogênio, poluição e risco geofísico) e sete indicadores de natureza socioeconômica (oportunidade para jovens, economia, intensidade e acesso à energia, mobilidade e conectividade, instituições, serviços básicos e segurança). A estrutura foi aplicada a cinco metrópoles (Toronto, Xangai, São Paulo, Mumbai e Dakar), descrevendo-se o desempenho de cada uma delas em Donuts formados por esses indicadores.

Em escala nacional, Cole et al. (2014) desenharam o primeiro “barômetro nacional de desenvolvimento sustentável inclusivo” para a África do Sul, considerando 20 indicadores para estabelecer a fronteira do “espaço ambientalmente seguro e socialmente justo”. Os autores adaptaram os indicadores para o contexto do país, selecionando-os de acordo com uma matriz de decisão, e também enfatizaram que os limites planetários podem ser determinados em escala diferente da global, visto que os fatores de mudança ambiental são essencialmente conduzidos localmente.

Entretanto, segundo os autores, determinar as fronteiras ambientais nacionais é um desafio devido à dificuldade de definir equivalentes locais às fronteiras planetárias, assim como também é um desafio obter dados para um mesmo indicador em muitos países. Todavia, em um estudo posterior, os mesmos autores desenvolveram o “barômetro” em escala regional para as nove províncias da África do Sul, evidenciando grande variabilidade no estresse ambiental e privação social entre as províncias do país (COLE et al., 2017).

No estudo realizado por O'Neill et al. (2018), dados de 150 países foram reunidos com o objetivo de correlacionar o uso de recursos naturais ao bem-estar da população. Infelizmente, os resultados obtidos não foram muito otimistas, uma vez que o estudo concluiu que nenhum dos países avaliados atende as necessidades básicas de sua população em um nível globalmente sustentável no uso de recursos naturais. Os dados reunidos nesse estudo viabilizaram a criação de um site hospedado pela Universidade de Leeds, no qual é possível visualizar e comparar o desempenho ambiental e social dos 150 países em relação ao espaço ambientalmente seguro e socialmente justo (University of Leeds, 2021).

Ao avaliar de forma integrada os dados reunidos no estudo de O'Neill et al. (2018), Hickel (2019) concluiu que, teoricamente, é possível remover toda a população das condições de déficit social. Entretanto, como isso resultaria na transgressão de vários limites ambientais, com base nas relações atuais entre o uso de recursos e o bem-estar da população, estratégias de decrescimento planejado por parte das nações mais ricas teriam que ser adotadas para re-

duzir o uso de recursos naturais e emissões atmosféricas.

Numa abordagem mais prática, Luukkanen et al. (2021) desenvolveram um método matemático para analisar quantitativamente a Economia *Donut* em qualquer região, país ou grupo de países, desde que os indicadores adequados estejam disponíveis. O método correlaciona as fronteiras social e planetária, definindo o nível mínimo de crescimento econômico para possibilitar a sustentabilidade social e o nível máximo de crescimento econômico para não exceder os limites ambientais. Utilizando o PIB como indicador econômico, os resultados fornecidos pela aplicação da metodologia formam uma base para avaliar o desenvolvimento passado e planejar políticas futuras, permitindo a identificação de possíveis áreas onde o decrescimento é uma opção sustentável, ou seja, onde a redução do PIB não diminuirá o bem-estar social. A metodologia foi apresentada pelos pesquisadores utilizando dados da Tailândia como exemplo, e também foi aplicada no estudo de Saunders and Luukkanen (2021) para avaliar o desempenho de Cuba em relação ao “espaço ambientalmente seguro e socialmente justo”.

Fora da esfera acadêmica, o Laboratório de Ação da Economia *Donut* (*DEAL – Doughnut Economics Action Lab*) foi fundado com o objetivo de transformar as ideias da Economia *Donut* em ações transformadoras que contribuam para a cocriação de uma nova economia. Além de reunir relatórios e referências a artigos acadêmicos, a plataforma contém ferramentas e histórias criadas e enviadas por pessoas de todo o mundo que estão colocando as ideias da Economia *Donut* em prática, oferecendo oficinas exploratórias, atividades, planos de aula e metodologias que podem ser aplicadas em diferentes ambientes e contextos (DEAL, 2021).

A organização não governamental Oxfam também tem apoiado o desenvolvimento de modelos nacionais da Economia *Donut* para a Escócia (SAYERS et al., 2014), África do Sul (COLE, 2015), Reino Unido (SAYERS; TREBECK, 2015), País de Gales (SAYERS et al., 2020) e Cornualha (TURNER et al., 2021), divulgando-os por meio de relatórios que apresentam dados e informações relevantes para cada país.

Nesse contexto, o documento “Criando Retratos da Cidade: guia metodológico da Iniciativa Cidades Prósperas” (DOUGHNUT ECONOMICS ACTION LAB et al., 2020) apresenta uma ferramenta, o retrato da cidade, que permite explorar a visão de uma cidade próspera, reconhecendo que cada lugar é único, porém, possui influência e responsabilidade global. A metodologia foi desenvolvida e aplicada em 2019 nas cidades de Filadélfia, Portland e Amsterdã, e representa a abordagem mais holística até o momento, uma vez que considera a combinação de dois domínios (social e ecológico) e duas escalas (local e global). Além disso, a metodologia é escalável, podendo ser aplicada, por exemplo, de um bairro a um país. O resultado ilustra o desempenho do local sob quatro lentes (local-social, local-ecológica, global-ecológica e global-social), que representa um “ponto de partida desafiador e intrigante para explorar a dinâmica socioeconômica e ecológica que impulsiona comportamentos intensivos em consumo, padrões de estilo de vida e desigualdades sistêmicas” (DOUGHNUT ECONOMICS ACTION LAB et al., 2020).

Por fim, a crise do coronavírus contribuiu para que a cidade de Amsterdã fosse a primeira a manifestar oficialmente o seu interesse em adotar o conceito da Economia *Donut* como modelo para se recuperar da crise e evitar crises futuras. A comunidade DEAL já estava trabalhando com os formuladores de políticas públicas de Amsterdã para reduzir o conceito global do *Donut* para a cidade desde dezembro de 2019, e a decisão pela sua implementação foi divulgada em abril de 2020. Posteriormente ao anúncio de Amsterdã, outras cidades manifestaram interesse no conceito, dentre elas, Copenhague (Dinamarca), Bruxelas (Bélgica) e Nanaimo (Canadá), indicando que a Economia *Donut* começou, de fato, a ser co-criada (MEREDITH, 2021).

4. Novas economias versus disparidade de poderes

Além da Economia *Donut*, existem várias iniciativas em todo o mundo vinculadas a novas formas de economia como, por exemplo, economia circular, economia distribuída, economia criativa, economia regenerativa, economia ecológica, economia colaborativa, economia solidária, economia compartilhada, economia verde, dentre outras (AVELINO et al., 2015; BARAUNA et al., 2021). Apesar de muitos desses termos ainda não terem sido definidos com clareza, havendo semelhança e sobreposições entre alguns deles, cabe ressaltar que uma nova economia passa necessariamente por uma nova forma de organização social e, portanto, desafia a organização econômica atualmente dominante (AVELINO et al., 2015).

Dessa forma, o termo "novas economias" pode ser utilizado para descrever um "amplo conjunto de ideias relacionadas e entrelaçadas que emergem da crítica do pensamento e da prática econômica dominante e refletem visões sobre teorias e práticas econômicas alternativas ou complementares em perspectiva ou emergentes" (AVELINO et al., 2015, p. 5).

Muitas dessas ideias não são necessariamente novas, entretanto, assim como a crise econômica de 2008, a crise pandêmica de COVID-19 escancarou as deficiências dos modelos econômico e financeiro atuais e desencadeou um novo interesse nesses conceitos. Prova disso foram os dois manifestos recentemente publicados, um deles no jornal francês *Le Monde*, assinado por 200 personalidades, dentre elas artistas e cientistas, que se posicionaram contra a "volta ao normal" em referência a insustentabilidade do sistema atual (COLLECTIF, 2020). No outro, 170 acadêmicos holandeses se manifestaram pela estruturação de um novo tipo de economia para o país, que seja mais solidária e menos predatória (WERKGROEP VOETAFDRUK NEDERLAND, 2020).

Nesse contexto, muitos debates críticos em torno das limitações à implementação de novos modelos econômicos giram em torno da disparidade de poderes existente entre os diferentes setores da sociedade (empresas, Estado e sociedade civil), a começar pelo aprofundamento da desigualdade social que vem ocorrendo num ritmo vertiginoso ao longo da última década. Prova disso é a diminuição do número de indivíduos cuja riqueza equivale a da

a da metade mais pobre da humanidade – em 2010 eram 388 indivíduos, em 2015 apenas 62 (HARDOON et al., 2016) e em 2016 os dados da Crédit Suisse apontaram para oito famílias como detentoras de um patrimônio igual ao da metade mais pobre da população mundial (DOWBOR, 2017). O “1% mais rico da população mundial detém mais riquezas atualmente do que todo o resto do mundo junto” (HARDOON et al., 2016, p. 1).

A mesma disparidade é observada na distribuição de terras, especialmente na América Latina, onde mais de 50% das terras agrícolas estão concentradas nas mãos de apenas 1% dos proprietários rurais. No Brasil, que ocupa a quinta posição no *ranking* de desigualdade no acesso à terra, 45% de toda a área produtiva são de propriedades com área superior a mil hectares, o que representa apenas 0,91% do total de imóveis rurais (SANTOS; GLASS, 2018).

Nessa era de tanta riqueza mal distribuída, mais de 800 milhões de pessoas estão subnutridas (FAO et al., 2018), e apesar de todos os avanços tecnológicos, não há qualquer perspectiva concreta de reversão desse cenário. Isso porque todas as ações da *plutosfera*, termo utilizado por Marques Filho (2016) para representar o maior nível de desigualdade da história humana, são orientadas por um único lema - o de defender e aumentar o patrimônio de uma casta que representa a rede corporativa.

Essa casta, que emergiu da globalização do capitalismo, é o que Dowbor (2017) define como a “nova arquitetura do poder”, na qual as corporações transnacionais formam uma gigantesca estrutura em que grande parte do controle flui para um núcleo pequeno e fortemente articulado de instituições financeiras. Assim, a partir da década de 80, o capitalismo entrou numa fase de dominação dos intermediários financeiros sobre os processos produtivos, resultando no aprofundamento da desigualdade. Esses novos mecanismos de ganhos especulativos passaram a ser pesquisados apenas a partir da crise de 2008, que ampliou os estudos sobre as dinâmicas corporativas:

Estamos começando a compreender os mecanismos e a lógica de funcionamento dos gigantes corporativos e da nova configuração geopolítica e geoeconômica. A partir da pesquisa do Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica (...), pode-se identificar os 147 grupos - 75% deles bancos - que controlam 40% do sistema corporativo mundial. Também temos uma visão mais clara sobre os traders, 16 grupos que controlam a quase totalidade do comércio de commodities no planeta, com raras exceções sediados na Suíça. Esses grupos são responsáveis pelas dramáticas variações de preços de produtos básicos de toda a economia mundial, como grãos, minerais metálicos e não metálicos, e energia – ou seja, o sangue da economia do planeta (DOWBOR, 2017, p. 56).

O sistema de apropriação de riqueza por meio de papéis drena os investimentos na economia real, ou seja, os investimentos produtivos, capazes de distribuir riqueza. Isso porque tais investimentos rendem menos do que aplicações financeiras, especulações sobre mercados futuros, prática de juros abusivos, dentre outras práticas que geram “um profundo desnível entre quem contribui produtivamente para a sociedade e quem é remunerado” (DOWBOR, 2017, p. 30).

Assim, o atual sistema planetário, que não opera mais no âmbito da circulação de mercadorias e, portanto, não é mais regido pela lei da oferta e da procura, mas sim pela lei de acumulação de capital, que opera no âmbito da produção de mercadorias, resulta na exploração e consumo de recursos naturais como se fossem gratuitos e infinitos (MARQUES FILHO, 2016). Logo, o sistema capitalista parece estar encaminhando o planeta para um colapso socioambiental que, segundo Marques Filho (2016), advém da sua própria impossibilidade de ser sustentável, dada a própria lógica da acumulação que o define e o crescimento ilimitado que o sustenta.

Contudo, Dowbor (2017) afirma que não basta que um novo modelo econômico seja apenas anticapitalista, ou seja, avesso ao crescimento ilimitado, pois qualquer sistema que remunere os agentes econômicos de maneira profundamente desproporcional relativamente à sua contribuição produtiva será disfuncional.

No âmbito empresarial, Dowbor (2017, p.270) ainda acrescenta que

A tentativa de se incorporar no processo decisório das corporações a visão do desenvolvimento equilibrado – economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável – se vê paralisada também pela contabilidade macroeconômica que privilegia o Produto Interno Bruto, em vez de adotar a contabilidade completa que leve em conta os custos econômicos, ambientais e humanos. Assim, tanto no nível das decisões das corporações como dos governos, há um desajuste profundo entre o que se pretende e o que se faz.

Portanto, não se pode afirmar que os círculos empresariais sejam mais desprovidos de senso moral do que os demais meios da sociedade civil (político, universitário, religioso, artístico, esportivo, sindical etc.). Isso porque a própria realidade de mercado impulsiona as corporações a se manterem competitivas diante de outras oportunidades de investimento, gerando uma impossibilidade de autorregulação em função de outras variáveis que não seja a maximização do lucro (MARQUES FILHO, 2016).

Em se tratando do poder do Estado, enquanto a economia se globalizou os governos continuaram fragmentados e cada vez mais impotentes frente aos fluxos econômicos dominantes, não respondendo mais às necessidades de convívio produtivo e civilizado da sociedade (DOWBOR, 2017). Assim, a captura do poder político pelos gigantes financeiros, evidenciada durante a crise de 2008 com as transferências de recursos públicos para grupos privados, trouxe à tona a dimensão política da deformação econômica, resultando na incapacidade pública de controle, regulação e orientação de capital para investimentos produtivos (DOWBOR, 2017).

Com as jurisdições e os bancos centrais se movendo nas esferas nacionais e a nova arquitetura do poder se movendo no espaço planetário, é visível a disfunção de qualquer regulamentação nacional que dificulte a criação de cartéis, o mau uso de posição dominantes e a formação de monopólios (DOWBOR, 2017; SANTOS E GLASS, 2018). Dowbor (2017) também afirma que “não se trata mais de avaliar apenas o impacto da concentração de riquezas

em poucas mãos na sua dimensão ética, e sim de entender o grau de erosão dos mecanismos de mercado que se imaginava que gerassem equilíbrios por meio da concorrência” (DOWBOR, 2017, p. 112).

Diante da impossibilidade de autocontenção dos próprios agentes econômicos em reverter a lógica da acumulação, poder-se-ia apostar que um mecanismo de regulação misto, representado pelo Estado, empresas e sociedade civil, seria capaz de frear a tendência ao colapso socioambiental. Entretanto, Marques Filho (2016) aponta que esse mecanismo de regulação representa uma impossibilidade lógica, dada a falta de paridade de poderes entre as partes.

Ao defender a transição de um paradigma econômico para um paradigma ecológico, no qual há a necessidade de um decrescimento organizado, Marques Filho (2016) compartilha da mesma visão holística defendida por Boff (2004), o qual ainda defende que a construção do novo paradigma precisa ocorrer de forma dialética, ou ainda, dialógica, na qual se procura o diálogo em todas as direções e em todos os momentos.

A questão que fica é: estamos prontos para isso? Novamente, as opiniões de Dowbor (2017) e Marques Filho (2016) convergem no sentido de que só um aprofundamento das tensões gerará força política suficiente para que as soluções mais inverossímeis possam reverter as tendências atuais. Por hora, o impacto das novas economias no sistema econômico dominante ainda é marginal e difícil de se medir, entretanto, o crescente interesse por parte de algumas cidades em adotar a Economia *Donut* revela o seu potencial transformador. Apesar de ainda ser cedo para afirmar se o *Donut* será capaz de nos orientar enquanto sociedade e romper com a força dos interesses das elites improdutivas, a sua contribuição já é imensa, simplesmente por tornar acessível a qualquer pessoa o entendimento do que é, de fato, prosperar economicamente.

5.Considerações Finais

Em meio à crescente disfunção econômica e convergência de crises, as novas economias têm contribuído com visões alternativas de como a economia e a sociedade podem ser reorganizadas de forma a não comprometer a sustentabilidade ambiental. Especificamente em relação à Economia *Donut*, é possível observar na última década a disseminação do seu conceito e o interesse público na sua aplicação, apesar de ainda ser um modelo em criação.

Embora nenhum sistema até hoje tenha funcionado plenamente nos âmbitos econômico, social e ambiental, o *Donut* se apresenta como um ponto de partida para alocar recursos, indicando onde deve haver restrições e onde há possibilidades de expansão. No entanto, é urgente mudar o paradigma do crescimento econômico em prol das reais necessidades da sociedade, o que envolve mudanças na visão e ensino da economia.

A disseminação do conceito da Economia *Donut* é fundamental para que a escolha de indicadores e o seu monitoramento possa dar suporte ao desafio de mover a sociedade para

dentro do espaço seguro e justo. Em nível global, certamente temos informações, recursos e tecnologia para isso, entretanto, a inovação mais transformadora será aquela capaz de romper com as estruturas do sistema atual em que vivemos. As sete maneiras propostas por Kate Raworth, pelas quais todos podem começar a pensar como economistas do século XXI, são meios para se chegar a essa transformação. Então, cabe perguntar: quem quer ser economista?

Agradecimentos

Agradeço ao Instituto Federal do Paraná (IFPR) - campus Paranavaí por ter oferecido gratuitamente o curso de Especialização em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que me instigou a pesquisar e estudar sobre novas formas de economia que sirvam à vida. Também agradeço ao professor e orientador Josimar Priori pelo suporte, correções e indicações de referências que embasaram esse artigo. Por fim, agradeço aos professores Fernando Batista Pereira (UNIFAL-MG) e Camila Clozato Lara (IFPR) pelas discussões e sugestões que contribuíram para enriquecer esse trabalho.

Referências

AVELINO, F.et. al.. Transitions towards 'new economies'? A transformative social innovation perspective. **TRANSIT working paper**, n. 3, 2015.

BARAUNA, D.; STAFFORD, F. N.; FARINA, M. Z.; ALEIXO, A. C. O. Covid-19 and the emergency of new economies for the design of a new world. **Strategic Design Research Journal**, v. 14, n. 1, p. 199–208, 2021.

BOFF, L. **Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A revolução capitalista. **Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas**, n. 422, 2016.

COLE, M. Is South Africa operating in a safe and just space?. **Oxfam Research Reports**. UK: Oxfam, 2015.

COLE, M. J.; BAILEY, R. M.; NEW, M. G. Tracking sustainable development with a national barometer for South Africa using a downscaled “safe and just space” framework. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 111, n. 42, p. E4399–E4408, 2014.

COLE, M. J.; BAILEY, R. M.; NEW, M. G. Spatial variability in sustainable development trajectories in South Africa: provincial level safe and just operating spaces. **Sustainability Science**, v. 12, n. 5, p. 829–848, 2017.

COLLECTIF, P. **Non à un retour à la normale**. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/05/06/non-a-un-retour-a-la-normale-de-robert-de-niro-a-juliette-binoche-de-joaquin-phoenix-a-angele-l-appel-de-200-artistes-et-scientifiques_6038775_3232.html>. Acesso em: 17 jul. 2021.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CREMASCO, M. A. **Vale a pena estudar Engenharia Química**. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2015.

DEAL. **Doughnut Economics Action Lab**. Disponível em: <<https://doughnuteconomics.org/>>. Acesso em: 17 jul. 2021.

DEARING, J. A.; et.al. Safe and just operating spaces for regional social-ecological systems. **Global Environmental Change**, v. 28, n. 1, p. 227–238, 2014.

DOUGHNUT ECONOMICS ACTION LAB; BIOMIMICRY 3.8; C40 CITIES; CIRCLE ECONOMY. **Criando Retratos da Cidade**. Oxford: KR Foundation, 2020.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?** 2. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. **The state of food security and nutrition in the world 2018: building climate resilience for food security and nutrition**. Roma: FAO, 2018.

HARDOON, D.; AYELE, S.; FUENTES-NIEVA, R.; LAWSON, M. Uma economia para o 1 %. **Documento informativo da Oxfam 210**, p. 1–52, 2016.

HICKEL, J. Is it possible to achieve a good life for all within planetary boundaries? **Third World Quarterly**, v. 40, n. 1, p. 18-35, 2019.

HOORNWEG, D.; HOSSEINI, M.; KENNEDY, C.; BEHDADI, A. An urban approach to planetary boundaries. **Ambio**, v. 45, n. 5, p. 567–580, 2016.

UNIVERSITY OF LEEDS. **A good life for all within planetary boundaries**. Disponível em: <<https://goodlife.leeds.ac.uk/>>. Acesso em: 17 jul. 2021.

LUUKKANEN, J.; VEHMAS, J.; KAIVO-OJA, J. Quantification of doughnut economy with the sustainability window method: analysis of development in Thailand. **Sustainability**, v. 13, n. 847, p. 1–18, 2021.

MARQUES FILHO, L. C. **Capitalismo e colapso ambiental**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

MASLOW, A. **Maslow no gerenciamento**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

MEADOWS, D. H. et al. **The limits to growth**. New York: Universe Books, 1972.

MEREDITH, S. **Amsterdam bet its post-Covid recovery on ‘doughnut’ economics — more cities are now following suit**. Disponível em: <<https://www.cnbc.com/2021/03/25/amsterdam-brussels-bet-on-doughnut-economics-amid-covid-crisis.html>>. Acesso em: 17 jul. 2021.

NEDERLAND, W. V. **Planning for post-corona: five proposals to craft a radically more sustainable and equal world**. Disponível em: <https://www.voetafdruk.eu/nieuws/_20200411manifestnederlandnacorona.html>. Acesso em: 17 jul. 2021.

O’NEILL, D. W.; FANNING, A. L.; LAMB, W. F.; STEINBERGER, J. K. A good life for all within planetary boundaries. **Nature Sustainability**, v. 1, n. 2, p. 88–95, 2018.

RAWORTH, K. A safe and just space for humanity: can we live within the doughnut?. **Oxfam Discussion Paper**, p. 1–26, 2012.

PERSSON, Linn; ALMROTH, Bethanie M. Carney; COLLINS, Christopher D.; CORNELL, Sarah; WIT, Cynthia A. de; DIAMOND, Miriam L.; FANTKE, Peter; HASSELLOV, Martin; MACLEOD, Matthew; RYBERG, Morten W.; JORGENSEN, Peter Sogaard; VILLARRUBIA-GÓMEZ, Patricia; WANG, Zhanyun; HAUSCHILD, Michael Zwicky. Outside the safe operating space of the planetary boundary for novel entities. **Environmental Science & Technology**, v. 56, n. 3, 1510-1521, 2022.

RAWORTH, K. Why it’s time for doughnut economics. **IPPR Progressive Review**, v. 24, n. 3, p. 217–222, 2017.

RAWORTH, K. **Economia donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

ROCKSTRÖM, J.; STEFFEN, W.; NOONE, K.; PERSSON, A.; CHAPIN, F. S.; LAMBIN, E. F.; LENTON, T. M.; SCHEFFER, M.; SCHELLNHUBER, H. J.; NYKVIST, B.; WIT, C. A.; HUGHES, T.; LEEUW, S.; RODHE, H.; SVERKER, S.; SNYDER, P. K.; CONSTANZA, R.; SVEDIN, U.; FALKENMARK, M.; KARLBERG, L.; CORELL, R. W.; FABRY, V. J.; HANSEN, J.; WALKER, B.; LIVERMAN, D.; RICHARDSON, K.; CRUTZEN, P.; FOLEY, J. A. A safe operating space for humanity. **Nature**, v. 461, n. 7263, p. 472–475, 23 set. 2009.

ROSTOW, W. W. **The stages of economic growth: a non-communist manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SANTOS, M.; GLASS, V. **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2018.

SAUNDERS, A.; LUUKKANEN, J. Sustainable development in Cuba assessed with sustainability window and doughnut economy approaches. **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, p. 1–11, 2021.

SAYERS, M. The Welsh doughnut: a framework for environmental sustainability and social justice. **Oxfam Research Reports**. UK: Oxfam, 2015.

SAYERS, M.; TREBECK, K. The UK Doughnut: a framework for environmental sustainability and social justice. **Oxfam Research Reports**. UK: Oxfam, 2015.

SAYERS, M.; TREBECK, K.; STUART, F. The Scottish doughnut: a safe and just operating space for Scotland. **Oxfam Research Reports**. UK: Oxfam, 2014.

SIMMS, A.; JOHNSON, V.; CHOWLA, P. **Growth isn't possible: why we need a new economic direction**. London: NEF (the New Economics Foundation), 2010.

STEFFEN, W.; SANDERSON, A.; TYSON, P. D.; JAGER, J.; MATSON, P. A.; MOORE III, B.; OLDFIELD, F.; RICHARDSON, K.; SCHELLNHUBER, H. -J.; TURNER II, B. L.; WASSON, R. J. **Global change and the Earth system: a planet under pressure**. Germany: Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 2005.

STEFFEN, W.; RICHARDSON, K.; ROCKSTROM, J.; CORNELL, S. E.; FETZER, I.; BENETT, E. M.; BIGGS, R.; CARPENTER, S. R.; VRIES, W.; WIT, C. A.; FOLKE, C.; GERTEN, D.; HEINKE, J.; MACE, G. M.; PERSSON, L. M.; RAMANATHAN, V.; REYERS, B.; SORLIN, S. Planetary boundaries: guiding human development on a changing planet. **Science**, v. 347, n. 6223, 2015.

SWAFFIELD, L.; EGAN, D. The Welsh doughnut 2020: a framework for environmental sustainability and social justice. **Oxfam Research Reports**. UK: Oxfam, 2020.

TURNER, R. A.; BLUNDELL, A.; COLLINS, C.; EXETER, O. M.; WILLS, J. **Sustainable development in Cornwall: local perspectives on challenges and opportunities**. UK: Environment and Sustainability Institute, University of Exeter, 2021.

UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **World population prospects: the 2015 revision: key findings and advance tables**. 2015. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/publications/files/key_findings_wpp_2015.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2022.

UNITED NATIONS. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**, 2015.

Werkgroep Voetafdruk Nederland (Grupo de Pegadas Holandesas). Planning for Post-Corona: five proposals to craft a radically more sustainable and equal world. 2020. Disponível em: <https://www.voetafdruk.eu/nieuws/_2020/_20200411manifestnederlandnacorona.html>. Acesso em: 22 fev. 2022.



A **Revista de Comunicação Dialógica** (RCD) é editada pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição- Não Comercial- Compartilha Igual 4.0 Não Adaptada.

Link: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

Recebido em: 29/09/2022
Aprovado em: 27/12/2022